

Arinos garante fazer o melhor anteprojeto

«O nosso anteprojeto será o melhor de todos», afirmou ontem o jurista Afonso Arinos, presidente da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, que será instalada hoje pelo presidente José Sarney, em solenidade, às 9 horas, no Salão Negro do Ministério da Justiça. Arinos acredita que o anteprojeto a ser feito pelo novo organismo se imporá aos demais pela honestidade e sobretudo porque na sua elaboração participarão os melhores especialistas de todo o Brasil.

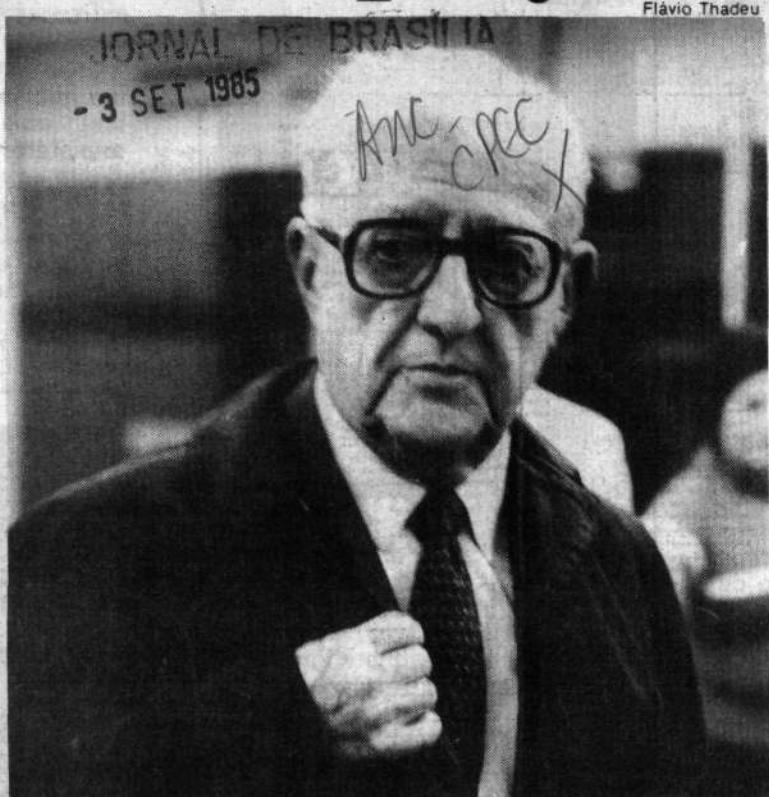
Ao contrário do que vem afirmando o ministro Fernando Lyra, da Justiça, Arinos disse que a Comissão Constitucional vai mesmo elaborar um esboço de anteprojeto a ser submetido aos constituintes, pois «não teria sentido se não fosse assim». Acrescentou que tanto o Parlamento quanto a OAB vão fazer anteprojetos para serem apreciados pela Assembléa Nacional Constituinte: «Por que o Executivo também não pode fazer o seu? O nosso será o melhor de todos», completou.

Afonso Arinos submeterá hoje aos 50 membros da Comissão, durante a primeira reunião plenária, proposta de regimento interno. Ele pouco revelou sobre sua proposição, adiantando somente que ela prevê reuniões fechadas, «se não todos vão querer brilhar para a Imprensa»; a comissão não terá suplentes; as votações serão por assentimento simbólico ou maioria simples, em caso de não haver consenso.

A Comissão, segundo Arinos, deverá ser subdividida em grupos, três ou quatro, por assuntos específicos e regiões e contar com a participação de assessores e consultores, entre eles o professor Cançado Trindade, cotado para ser membro, especialista em direito internacional. Ele revelou ainda que está estudando com o Serpro a utilização de computadores para catalogar as sugestões encaminhadas pela sociedade.

Alguns membros da Comissão são de opinião que as conclusões dos trabalhos devem ter forma de anteprojeto e serem encaminhadas ao Congresso Constituinte, como o jurista Miguel Reale Júnior: «Não devemos ter medo do texto. Nosso texto deverá sofrer nova análise e críticas. Por que não deveria ser um anteprojeto?». Outros são de opinião contrária, como o professor Odilon Coutinho:

Acho que não deve ser anteprojeto, já que vamos fazer estudos, apresentar subsídios.



Arinos presidirá hoje a primeira reunião dos Notáveis

Governos apóiam OAB

Curitiba O presidente do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta, assinou ontem com o governador José Richa, do Paraná, um documento onde firmam posição em defesa de uma Assembléa Nacional Constituinte «com poderes exclusivos e específicos». Esse é o segundo documento do gênero, assinado em conjunto pelo presidente da OAB e governadores de Estado, em menos de quinze dias.

Idêntica posição já foi adotada pelo governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, que, como Richa, acredita que uma Assembléa Constituinte desvinculada do Congresso Nacional é a melhor forma de dotar o Brasil de uma nova Constituição de «forma a fundamentar as esperanças de efetiva construção da democracia brasileira». A julgar pelo próprio documento, um outro governador, Jair Soares, do Rio Grande do Sul, será o próximo a manifestar-se publicamente em defesa da mesma tese.

O governador do Paraná, revelou a Hermann Baeta, a

quem recebeu no Palácio Iguaçu, que em todas reuniões que tem participado, inclusive naquelas que promove dentro do plano de interiorização de seu governo, a Constituinte e a Reforma Agrária são «os assuntos dominantes». E dentro disso, a aceitação da tese de uma Constituinte desvinculada do Congresso Nacional é a que detém o maior número de adesões.

«O importante, no momento, disse José Richa, é a defesa da tese. Como fazer para termos uma Constituinte desvinculada do Congresso é um assunto para ser discutido politicamente». O documento firmado pela OAB e o governador do Paraná conta com a assinatura de três representantes paranaenses no conselho federal da Ordem e com a do presidente da seção da OAB no Paraná, Antônio Prado.

Nele, firma-se principalmente o compromisso de «através de manifestações públicas e de todos os meios cívicos a seu alcance» a OAB e o governador do Paraná continuarem a «pregação» em favor de uma Constituinte com poder originário, livre.

Comissão de Notáveis tem novos nomes

A Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, conhecida como Comissão dos Notáveis, conta com três novos membros: o sociólogo Gilberto Freyre, o presidente do Conselho das Comunidades Negras, Hélio Santos e Laerte Vieira. Os dois últimos entram em substituição a Fábio Konder Comparato e Miguel Seabra Fagundes. Com Gilberto Freyre, a Comissão passa a contar com 51 membros. Na publicação da nova relação de «Notáveis» foram corrigidos os nomes de José Ferreira da Cunha e Luis Eulálio Vidigal, por Rev. Guilhermino Cunha e Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

Hélio Santos integra a Comissão por interferência do governador de São Paulo, Franco Montoro. Santos, em ato público uma semana trás, reivindicou a participação de um negro na Comissão pré-Constituinte e Montoro comprometeu-se a conversar com o presidente Sarney sobre o assunto. Com a desistência de Seabra Fagundes abriu-se uma vaga e Sarney resolveu convidar Hélio Santos.

Para o deputado João Gilberto (PMDB/RS) ainda há tempo para um entendimento em torno da Convocação da Constituinte, entre o governo, as organizações da sociedade civil e os partidos, que confira à comissão mista que examina a matéria a função de redatora técnica do consenso». Se esse entendimento não for promovido, segundo o deputado, a comissão se encaminhará para conflitos internos, e seu parecer poderá ser contestado em plenário:

— Não é feliz — disse João Gilberto — na questão da convocação da Constituinte, que haja uma posição rachada.

Para João Gilberto, integrante da comissão, aquele entendimento, que não está ocorrendo, deveria ser feito pelo governo e pelos partidos. Em sua opinião, faltou ao governo, antes de enviar a emenda convocando a Constituinte, articular a proposta para respaldar a proposta, para colocá-la em termos de confronto com a sociedade civil, mas sim em termos de caminho de solução».

Observando que antes da elaboração da proposta o governo não convocou para um encontro sequer o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baeta, João Gilberto enfatizou que não houve um esforço de «tecer politicamente» a emenda.